Malpica do Tejo

Enquadramento histórico

Domingos Diogo Correia; J. A. Dias

A aldeia de Malpica do Tejo, na província da Beira Baixa, fica situada a cerca de 17 km a sudeste da cidade de Castelo Branco, a sede de concelho. A freguesia, uma das maiores do país, tem os seus limites norte e oeste demarcados pelo rio Ponsul, a sul confina com o rio Tejo (que estabelece a fronteira com Espanha), e a leste com as freguesias de Monforte da Beira e do Ladoeiro, numa área total de 246 Km2.

O clima é de tipo continental, seco, apresentando algumas características mediterrâneas, com Invernos e Verões rigorosos, que se reflectem numa amplitude térmica elevada; embora os nevões sejam raros, as geadas são frequentes e, muitas vezes, tardias. Devido à sua situação geográfica, situada entre linhas de água, podemos até falar que Malpica possui uma espécie de microclima.

A flora típica desta zona caracteriza-se pelos montados de sobro e azinho, olivais e, desde há quatro décadas atrás, a paisagem foi-se modificando pela plantação de eucaliptos. A flora e fauna espontâneas formam um ecossistema particular da zona confinante com o Tejo, encontrando-se protegidas pelo Parque Natural do Tejo Internacional.

A data da fundação de Malpica, bem como a origem da sua toponímia (de frisar que, até 1952, a localidade apenas se chamava Malpica), oferece várias possibilidades em aberto. Em concreto, após a extinção das povoações romanas e, posteriormente, a expulsão dos árabes do território peninsular, tornou-se necessário repovoar os territórios abandonados. Segundo Martins (1986:114), as terras da margem esquerda do Ponsul, onde depois nasceu Malpica, pertenciam ao alfoz da Idanha, que foi doada, em 1198, a D. Lopo Fernandes, Mestre da Ordem do Templo, criando-se, assim, uma grande propriedade denominada Vila Franca da Cardosa. Em 12 de Março de 1211 metade desta herdade, abrangendo a maior parte da actual freguesia de Malpica do Tejo, foi doada por Fernando Sanches aos Templários [1] . Extinta Ordem do Templo, em 1312, estes terrenos viriam a ser integrados na nova Ordem de Cristo, sendo divididas em Comendas, e estas em donatárias e outras concessões.

A primeira referência documental que comprova actividade no limite da actual freguesia, data do reinado de D.Manuel, em 1520 [2]. Nesta é relatada uma decisão sobre uma disputa entre dois escudeiros do reino de Portugal e refere actividade exactamente na foz do rio Ponsul.

Segundo a carta de povoamento de 1533, emanada pelo Rei D. João III, "*D. Pedro de Sousa, Comendador e Alcaide da Vila de Idanha-a-Nova e visitador da Ordem de Cristo que sendo donatário de Monforte e Coelhosa resolveu povoar o seu domínio que, como terra raiana se encontrava inculta e deserta. Talvez por não haver gente portuguesa disponível para tal fim, meteu-se a caminho de Castela e lá angariou sessenta famílias de colonos que vieram viver no dito lugar e granja e romperam terras bravias e matos e os meteram a pão, e fizeram outras benfeitorias de casas, vinhas e olivais*"[3] . Martins (1986:115), com base em documentos

[1] - Carta de doação feita por Fernando Sanches à Ordem do Templo, de metade de Vila Franca da Cardosa e seus termos com todas as igrejas e direitos, Torre do Tombo, Gav. 7, mç. 14, n.º 9, Ref. PT/TT/GAV/7/14/9

[2] - Leitura Nova, Livro das Beiras 3, Folio 79, Torre do Tombo.

[3] - Adaptação da transcrição / tradução apresentada em Cardoso (1944: 75) e Martins (1986: 115).

encontrados na Torre do Tombo, embora não explicitados, admite que na origem de Malpica esteja a aludida colonização por castelhanos.

Segundo a tradição popular, a anterior povoação situava-se junto à ermida de Nossa Senhora das Neves, no Monte de S. Domingos, a nordeste da actual povoação. Devido aos ataques de espanhóis durante a Guerra da Restauração, a população ter-se-ia visto obrigada a mudar de local. Conta a lenda que confiou a escolha a uma manada de vacas. A manada teria parado onde hoje é a igreja matriz, . mas como o local ficava igualmente exposto aos ataques, alguém disse "Mal fica! Mal fica!" que, com o tempo, acabou por tornar-se Malpica.

Com rigor, a primeira notícia histórica conhecida em que se refere Malpica é a Carta de Apresentação da Igreja de S. Domingos[4] , a Frei Mateus Luís, a 8 de Fevereiro de 1646. Embora seja provável que a povoação já existisse antes disso, a Igreja de S. Domingos não aparece ainda na relação dos templos dedicados a este Santo, de 1623, incluída na História de S. Domingos, de Frei Luís de Sousa (Correia, 1953:29). Este intervalo temporal servirá para João Diogo Correia concluir que a matriz seria posterior a 1623; no entanto, em investigações posteriores, o autor viria a encontrar um documento, do século XVI, que refere expressamente a igreja de "São Domingos de Além Ponsul".

Em 1655 já Malpica estava, aparentemente, consolidada do ponto de vista organizacional, como se depreende das actas das vereações da Câmara Municipal de Castelo Branco[5], de 6 de Janeiro, em que se procede à nomeação dos juízes do lugar: "*Logo na dita Câmara abriram a pauta do lugar de Malpica e tiraram por juízes Pedro Dias Gordo e Francisco Gonçalves, e por procurador Domingos Alvares Rei, e o juiz lhe deu juramento dos Santos Evangelhos* (…)"[6] .

A Guerra da Restauração (1640-1668) teve impactes de grande magnitude em Malpica. A 21 de Julho de 1664, certamente numa acção de guerra por parte dos castelhanos, verificou-se o massacre de cerca de uma trintena de homens de Malpica[7] . As consequências na povoação foram, seguramente, desastrosas, subitamente privada de grande parte da sua força ativa de trabalho. É interessante constar, como reflexo do drama aludido que, no ano seguinte (1665), se verificou elevado número de casamentos (16) de viúvas (11) com homens provenientes do exterior (14), embora da região (Castelo Branco, Sarzedas, Vila Velha, etc.)[8] . Nos anos subsequentes, parcialmente colmatada que estava a deficiência em homens, o número de casamentos reduz-se ao mínimo: 1 em 1666; 0 em 1667; 1 em 1668; 3 em 1669[9] . De certa forma, embora de forma passiva, Malpica esteve também envolvida em acções de guerra contra os castelhanos, as quais tiveram como alvo a aldeia de Herrera de Alcântara, do outro lado do Tejo. Por exemplo, "(…) *no dia em que chegou o fez passar a Montalvão em barcas que no Tejo tinha prevenidas. No seguinte o fez amanhecer sobre Ferreira, aquela praça iníqua que no ano passado assolámos, que começava a reedificar-se. Os nossos a entraram sem serem sentidos, e até ao meio dia se derrubaram e queimaram as casas principiadas, e já se achavam com tantas roupas que contentaram os soldados, os quais se voltaram a Malpica, passando nas mesmas barcas, que subiram pelo Tejo*"[10] .

---

[4] - Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo, livro 35, fls. 230 (Correia 1953:29)

[5] - e.g.: Cardoso (1950:140); Martins (1986:118)

[6] - Grafia actualizada.

[7] - Torre do Tombo, Assentos de óbitos, rolo 130, item 1, fólios 100 a 103; Mercúrio Portuguez, Agosto de 1664, p. A4v.

[8] - Torre do Tombo, Assentos de Casamentos, rolo 130, item 1, fólios 222v a 225.

[9] - Torre do Tombo, Assentos de Casamentos, rolo 130, item 1, fólios 225 e 225v.

[10] - Mercúrio Portuguez, Maio de 1666.

O antigo núcleo da aldeia corresponde à actual zona da "baixa", com as suas casas de xisto, em redor da Igreja Matriz, donde se expandiu para a "zona da serra". O povoamento é de tipo concentrado, não se encontrado quaisquer lugares no limite da freguesia, exceptuando os "montes". De notar que mesmo as pessoas que habitavam os montes, tinham a sua residência na aldeia.

O rio Tejo, a menos de 4 km (em linha recta) de Malpica, foi desde sempre elemento estruturante para o povoado. Por um lado, o rio constituía fronteira, separando Portugal de Castela, o que dificultava os tradicionais relacionamentos económicos e familiares com Herrera de Alcântara. Por outro lado, o Tejo propiciava comunicações mais fáceis com o exterior, designadamente com Vila Velha de Ródão e com Abrantes, embora a população não tenha colhido grandes benefícios directos desta acessibilidade.

O Tejo sempre foi navegado por embarcações de pequeno e médio porte, pelo menos até Abrantes e, embora com um pouco mais de dificuldade, até Vila Velha de Ródão. Mais para cima, a navegação não era fácil, quer devido ao desnível, quer à existência de obstáculos naturais. Quando Filipe II foi aclamado como Rei de Portugal, nas Cortes de Tomar de 1581, a Península ficou unificada. Neste contexto, o Tejo surge como grande acessibilidade potencial para grande parte de Castela, designadamente para Toledo e Madrid. Na sequência de um plano, apresentado àquelas mesmas Cortes por Juan Bautista Antonelli, para tornar navegáveis os rios de Espanha, o monarca encarregou-o de demonstrar a exequibilidade do plano para o rio Tejo. Assim, no início de 1582, "Antoneli navegou numa chalupa desde Lisboa até Toledo, e seguiu a mesma navegação a Aranjuez, e entrando no Rio Xarama, e depois em Manzanares, passou embarcado por diante de Madrid com admiração dos seus moradores, e chegou até à Ponte do Pardo; depois, retrocedendo pelos mesmos rios, voltou a Lisboa felizmente onde chegou aos três meses da sua partida. Nos quatro anos seguintes se compuseram vários passos difíceis do mesmo Tejo, e no de 1587 se construíram seis barcas grandes em Toledo, que no ano seguinte de 1588 navegaram dali até Lisboa com quantidade de trigo, gastando 15 dias para chegarem (…)" (Saavedra, 1813: 89). Para tal navegação procedeu Antoneli, previamente, a vários trabalhos preparatórios[11] ,. Após a sua viagem, embora o trânsito de barcos se tivesse tornado relativamente frequente[12] , os trabalhos prosseguiram com o objetivo de melhorar a navegabilidade e o trânsito de embarcações, designadamente através da abertura ou melhoria de caminhos de sirga[13] . Muito provavelmente, foi nesta altura que se construiu a maior parte dos

---

[11] - Por exemplo: "*Carta de Juan Bautista Antonelli a S. M. El señor Don Felipe II, fecha en Abrantes a 30 de Julio de 1581, noticiándole haber dado principio a abrir los canales en los azudes, y otros pormenores relativos á la navegación del Tajo desde Abrantes á Alcántara*" (Cabanes, 1829: 15), sobre a abertura do canal de Abrantes, e "*Carta de Juan Bautista Antonelli al Secretario de Guerra Juan Delgado con igual fecha [paso de Alfanzira a 2 de Septiembre de 1581] y objeto que la anterior*" onde se refere que "*Los caminos para la Xirga de hombres y bestias es necesario hacerse* (…) *porque los barcos con la facilidad del navegar piden menos flete que suben y bajan cargados* (…) *ejemplo de esto son los barcos que han traído el pan de S. M. de Herrera á Abrantes que no pudieron subir cargados por los malos pasos* (…) *y con sus caminos por la Xarga, iran cargados y de retorno llevarán por la mitad y menos mas barato el bastimento de S. M. de Herrera y de Alcântara*" (Cabanes, 1829: 19).

[12] - Entre os muitos exemplos refere-se a "*Carta de Juan Bautista Antonelli al señor D. Felipe II* (…) *fechas en Herrera a 9 de Mayo de 1582 en las que continua los avisos de la embarcación de la infantería, pondera as ventajas de la navegación, uy pide dinero para continuar la embarcación y la obra de los caminos de la sirga*" em que se diz: "*He ido avisando á V. M. lo que se me ha ofrecido desde que vine á embarcar esta Infantería, seis Compañías de la cual tengo aviso haber negado á Lisboa; y ahora irán tres del Tercio del Maestre de Campo Don Francisco de Bobadilla con otros tantos Soldados como las seis; y envolviendo las barcas irán las otras cuatro dentro de ocho días. En el entretanto llegarán las otras siete* (…)" (Cabanes, 1829: 34).

[13] - Na mesma "*Carta de Juan Bautista Antonelli al señor D. Felipe II* (…) *fechas en Herrera a 9 de Mayo de 1582* (…)" pode ler-se: "*Para proseguir los caminos de la Xirga, y que el Río no les haga daño, he dado órden que se empesqueren lo que es menester: que es enladrillarlos con pizarras de canto, que todos lo juzgan por obra*

caminhos de sirga, para puxar as embarcações, que em Malpica são designados por "Caminho do Rei" ou "Estradinha", e que, incompreensivelmente, não são devidamente valorizados (embora, nesta zona, estejam na maior parte submersos pela albufeira de barragem de Cedillo). É ainda de referir que, nas cartas de Antonelli, embora sejam bastas as referências a Herrera, não há qualquer alusão ao lugar de Malpica, em frente, do outro lado do Tejo.

Como é óbvio, com a Restauração, em 1640, a navegação do Tejo por barcos de médio porte, acima de Vila Velha de Ródão, desapareceu. Porém, o trânsito de pequenas embarcações prosseguiu sempre. Que se saiba, a navegação internacional apenas foi retomada, embora com carácter demonstrativo, em 1829, quando Cabanes, com o barco "Antonelli", desceu de Aranjuez até Lisboa, fazendo a viagem de regresso com dois barcos (o "Antonelli", espanhol, e o "Tejo", português).[14]

Os conflitos bélicos perpassaram Malpica por várias vezes, nomeadamente durante a Guerra da Restauração (1640-1668), a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e a 1ª Invasão Francesa (1807-1808). A Guerra dos Sete Anos repercutiu-se na região através do conflito conhecido como Guerra do Mirandum ou Guerra Fantástica, que se desenrolou entre Abril e Novembro de 1762. Em Agosto deste ano forças espanholas invadiram as Beiras. Segundo Soriano (1866: 516), em Outubro / Novembro "*a artilharia e uma parte da infantaria* [espanholas], *seguiram o mesmo caminho, e doze batalhões, comandados pelo tenente general, o conde de Villa Fuerte, passaram também o Tejo em Malpica* (…)". Embora tivesse sido assinado um acordo de cessar-fogo antes de ser travada qualquer batalha, de onde decorre a designação de Guerra Fantástica, limitando-se os recontros a acções de guerrilha das milícias locais, as passagens por Malpica seguramente que tiveram impactes negativos na população.

A exploração fundiária constitui, desde tempos remotos, a base da economia campesina de Malpica do Tejo que, sucintamente, alguns autores denominam por uma economia agro-silvo-pastoril. Estrangulada pelos grandes latifúndios, sem quantidade de terras que pudesse explorar para prover a sua subsistência, à população de Malpica não restava outra opção do que utilizar terrenos do outro lado do Tejo, na zona de Herrera de Alcântara. Embora não se saiba quando tal prática se iniciou, o certo é que tal costume é reconhecido oficialmente, pelas Cortes de 1821, como excepção à Lei que proibia a importação de cereais: "*Atendendo a que os referidos moradores* [de Malpica] *não adoptariam aquele costume se assim lhes não fosse absolutamente necessário,* [as Cortes] *ordenam que fique permitido aos moradores de Malpica transportar para a sua povoação os frutos que, segundo o costume, colherem no mencionado distrito de Ferreira* (…) *e que possam outrossim ir moer o seu pão aos moinhos de Ferreira nos meses do estio enquanto subsistir a necessidade de assim o praticarem* (…)"[15] . Aliás, foi a carência de terras que pudessem agricultar, aliada à depredação provocada pela primeira das invasões francesas (comandada por Junot, que utilizou como via de penetração o vale do Tejo), que esteve na base da criação, no início do século XIX, das aldeias de Alares, Cobeira e Cegonhas. Segundo Forjaz (1816: 8), os povos de Malpica e de Monforte da Beira, "*temendo expor as suas searas à destruição do inimigo comum, procuraram há dois anos um abrigo entre o Tejo e Aravil, no monte da Cubeira e suas vizinhanças, termo do Rosmaninhal, e ali fizeram as suas roças,*

---

perpétua. Detiénense mas en hacerlos, y la tierra también es fragosa. Falta el dinero para lo del partido de Alcántara: Suplico á V. M. sea servido mandar proveer alguno para proseguirlos (…)"(Cabanes, 1829: 34).

[14] - O diário desta viagem está reproduzido em (Cabanes, 1829: 180-210).

[15] - Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portugueza, nº 236 (27 de Novembro de 1821), pp. 3245-3246.

semearam trigo, centeio, e cevada (…)"[16] . Esta colonização teve fim dramático, já no início do século XX, com a denominada "Guerra dos Montes", que se desenrolou fundamentalmente entre 1923 e 1924, e que teve como motivação questões relacionadas com a titularidade das terras, tendo conduzido à expropriação forçada e violenta dos habitantes destes montes (Chambino, 2009: 103).

Malpica, um povo sem terra, encurralado entre grandes latifúndios, que a partir do século XX (em 1912) começa a operar uma "reforma agrária caseira": "*a compra colectiva dos montes a grandes latifundiários e a posterior divisão equitativa das terras pelos camponeses*" (Salvado, 1981: 3). Ou seja, de forma ordeira e num verdadeiro espírito de comunidade, os malpiqueiros foram juntando as suas parcas poupanças e adquirindo as terras que eram postas à venda em redor da povoação, num processo ímpar em Portugal (quando se fala em reforma agrária, quase que se remete o significado para "apropriação indevida de terras", não em compra legítima, como ocorreu em Malpica).

Entretanto, em 1952, na decorrência de acções empreendidas pela Liga Regional de Malpica do Tejo e pela Junta de Freguesia, a denominação oficial mudou de "Malpica" para "Malpica do Tejo" (Decreto nº 38.857, de 11 de Agosto de 1952).

Os anos 60/70 do século XX foram caracterizados pelo êxodo rural e por forte emigração, principalmente para França. Progressivamente, a aldeia foi adquirindo novas características, em muito decorrentes de novos hábitos e novas formas de pensar transmitidas pelo emigrantes. As consequências da emigração, designadamente no que se refere ao acréscimo do potencial económico que esta propiciou, juntamente com o abastecimento de água e de electricidade, bem como a implementação do saneamento básico, acabaram por trazer à povoação o sentido de contemporaneidade que durante tanto lhe foi negado.

Actualmente, a população de Malpica, marcada pelo êxodo rural, caracteriza-se por um decréscimo demográfico e uma pirâmide etária invertida. Parte muito significativa é constituída por aposentados. A agricultura, que durante séculos dominava a vida da aldeia, passou a ter apenas papel subsidiário, embora a indústria e o comércio tenham cada vez mais expressão devido à proliferação de pequenas e médias empresas em redor dos produtos gastronómicos tradicionais.

A população de Malpica registou um crescimento até 1950, data em que atingiu 3339 residentes, repartidos por 1046 fogos. Posteriormente regista um declinio do número de residentes, atingindo o valor de 755 no Censos de 2001, este declinio resulta da emigração da sua população para França e migração para Lisboa.

Embora a tendência para a desertificação seja bastante acentuada, o facto é que Malpica não é das populações do distrito mais afectadas.

Todo o conjunto de condicionalismo geográficos, históricos e sociais, moldou aspectos bem próprios e vincados desta comunidade, que importa conhecer e valorizar.

Domingos Diogo Correia [DDC]; João Alveirinho Dias [JAD]
(reservados todos os direitos de autor)

[16] - Forjaz, João de Macedo Pereira da Guerra (1816) – Extracto de uma memória sobre o estado da Agricultura, da Comarca de Castelo Branco. História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, Tomo IV, Parte II, pp. 3-21.

Bibliografia

Cabanes, Francisco Xavier de (1829) – *Memoria que tiene por objeto manifestar la possibilidad y facilidad de hacer navegable el Rio Tajo desde Aranjuez hasta el Atlantico. Imprenta de Don Miguel de Burgos*, 62p. + 118p. + 210p., Madrid.

Cardoso, J. Ribeiro (1944) – Castelo Branco e o seu Alfoz. Achega para uma Monografia Redional. *Subsídios para a História Regional da Beira Baixa*, vol. I, Junta de Província da Beira Baixa, Castelo Branco.

Chambino, Eddy Nelson de Barros (2009) – *Objectos de Pastor. Do Objecto Património ao Paradoxo da sua Insignificância*. Tese de Mestrado em Antropologia, 348p., Lisboa.

Correia, João Diogo (1953) – Apontamentos para a Monografia de Malpica do Tejo. Edição do Autor, Lisboa.

Martins, Manuel Alfredo de Morais (1986) – *Malpica do Tejo, Terra Pobre, Povo Nobre*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 454p., Lisboa.

Saavedra, Francisco (1813) – Memoria sôbre a Navegação do Téjo. *Jornal de Coimbra*, vol. IV, art. X, pp. 86-91, Lisboa.

Salvado (1981)

Soriano, Simão José da Luz (1866) – *História do Reinado de El-Rei D. José e da Administração do Marquez de Pombal*. Tomo I, 555p., Lisboa.